



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570036 - ES (2020/0077984-1)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : GUSTAVO AUGUSTO DE PAIVA SIQUEIRA  
**ADVOGADO** : GUSTAVO AUGUSTO DE PAIVA SIQUEIRA - ES023299  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : L DOS S V F (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **L DOS S V F** contra decisão de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que indeferiu pedido liminar (e-STJ, fls. 30-31).

Narram os autos que a paciente foi presa, preventivamente, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 217-A c/c o art. 226, II, c/c o art. 13, § 2º, "a", todos do Código Penal, por ter praticados atos libidinosos contra seu filho vulnerável.

Requerendo a superação da dicção da Súmula 691/STF, alega o impetrante, neste *writ*, a existência de constrangimento ilegal, pois a acusada, além do ofendido, é também mãe de dois outros filhos, de 5 e 2 anos de idade, o menor deles ainda lactante.

Invoca a Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça, aduzindo que a paciente "faz parte do grupo de risco" (e-STJ, fl. 5) em relação à pandemia causada pelo vírus COVID-19.

Assevera também que o decreto construtivo padeceria de ausência de fundamentação concreta.

Requer, assim, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória à paciente, "ainda que acompanhada de cautelares diversas da pena corporal, como, por exemplo, a de monitoração eletrônica" (e-STJ, fl. 21). Sucessivamente, pugna pelo deferimento da prisão domiciliar à acusada.

#### É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do

mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar, por não verificar a presença dos requisitos autorizadores da medida de urgência, nos seguintes termos:

"Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LOURIVANDA DOS SANTOS VALBUSA FERREIRA contra decisão do MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ARACRUZ que indeferiu a prisão domiciliar.

Sustenta o impetrante que a paciente é mãe de dois filhos menores de idade e, inclusive, amamenta um deles dentro da unidade prisional, razão pela qual, com base na Recomendação 62/2020 do CNJ, requer a revogação da prisão em razão da pandemia do COVID-19.

Pois bem. Após detida análise dos autos, entendo que os documentos apresentados e os argumentos apontados pelo impetrante não são suficientes à concessão da ordem pleiteada, pelos fatos e fundamentos que passo a expor.

Quanto à pandemia do COVID-19, verifico que não foi relatado nenhum problema de saúde da paciente ou mesmo que ela faça parte do grupo de risco, o que a meu ver já exclui a possibilidade de reavaliar a sua prisão.

Além do mais, a paciente foi denunciada pela prática de crimes graves cometidos com violência contra o seu próprio filho. Conforme consta da decisão do magistrado, a paciente era conivente em diversos crimes de estupro praticados pelo acusado Paulo Elias de Souza contra seu filho vulnerável.

Inclusive, quando analisei o HC n.00023558-41.2019.8.08.0000, a autoridade coatora informou que o menor foi ouvido em 12/08/2019 e relatou que foi obrigado a fazer sexo anal com o seu padrasto mais de 20 vezes e que contou para sua mãe, ora paciente, mas a mesma não acreditava. As demais filhas da paciente também foram ouvidas e confirmaram a versão da vítima e ainda que relataram que foram ameaçadas de morte pela própria mãe por conta de seus depoimentos. Assim, tratando-se de crime cometido com violência contra seu próprio filho não é possível a concessão da prisão domiciliar pleiteada, nos termos da Recomendação do CNJ.

Outro fato importante é que não há qualquer informação da SEJUS quanto a existência de algum interno detectado com COVID-19 ou mesmo suspeita de circulação do vírus no sistema penal local, tendo sido amplamente divulgado que estão sendo adotadas medidas para evitar a disseminação entre a população carcerária estadual.

Assim, diante dos argumentos expostos, neste momento entendo que a permanência do paciente em cárcere não se mostra temerária.

Desta forma, por não vislumbrar presentes os pressupostos indispensáveis à concessão da liminar pleiteada, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, ao menos em cognição sumária, INDEFIRO o pedido LIMINAR" (e-STJ, fls. 30-31).

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator